

PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DA POBREZA NA SOCIEDADE PRODUTORA DE MERCADORIAS: elementos para o debate

Viviane Souza Pereira¹

RESUMO

Este estudo apresenta uma reflexão inicial acerca da pobreza em massa na sociedade capitalista. Buscamos situar diferentes concepções acerca da pobreza e de suas manifestações e contrapô-las a uma perspectiva que, a partir de elementos de uma abordagem em construção, toma como hipótese inicial a existência de uma articulação direta entre a produção e reprodução da pobreza e a contradição fundamental da sociedade capitalista, traduzida na contradição insustentável entre o conteúdo material da produção e a forma imposta pelo valor.

Palavras-chave: capitalismo, mercadoria, pobreza e valor.

ABSTRACT

This study presents a reflection on the of mass poverty in capitalist society. We seek to situate the different conceptions of poverty and its manifestations and to align them to a perspective that, from elements of an approach to construction, takes as its initial hypothesis that there is a direct link between production and reproduction of poverty and conflict fundamental capitalist society, reflected in the untenable contradiction between the material content of production and the form imposed by value.

Keywords: capitalism, commodities, poverty, and value.

¹ Mestre. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). vsp01@hotmail.com

I - Introdução

Objetivando identificar a produção da pobreza em massa na sociedade capitalista, buscamos situar diferentes concepções acerca da pobreza e de suas manifestações e, posteriormente, contrapô-las a uma perspectiva que compreende a produção e reprodução da pobreza na sociedade produtora de mercadorias a partir da contradição fundamental desta forma de sociabilidade traduzida na “contradição insustentável entre o conteúdo material da produção e a forma imposta pelo valor” (KURZ, 1997, p. 10).

Os significados atribuídos à pobreza sofreram alterações através da história: vão desde o entendimento religioso da pobreza como um privilégio dos bem-aventurados e como tal uma bênção divina, uma qualidade almejada, até o conceito atual pelo qual a pobreza é associada à falta, à carência. No primeiro caso havia uma positividade relacionada a essa situação. No entanto, pobreza não se reduz a uma questão somente econômica, tampouco se reduz à sua manifestação mais imediata – a fome; de mesma forma, a cidadania não pode ser reduzida a direitos sociais. Ela configura-se numa relação com direitos políticos e jurídicos e, sem ignorar os avanços civilizatórios dela advindos e a luta dos trabalhadores em sua construção, a cidadania tal qual a vivenciamos, configura-se, também e fundamentalmente, em mais uma estratégia burguesa de manutenção do processo de acumulação e legitimação ideológica do capital.

Importa destacar que esta reflexão representa parte da pesquisa de doutoramento, ainda em curso, da autora e, desta forma, não apresenta elementos conclusivos, ficando, portanto, restrita, tão somente, a observações iniciais e apontamentos de uma análise ainda em construção. Nesse sentido, buscamos apresentar perspectivas acerca da pobreza e apontar para a necessária construção de uma compreensão diferenciada, que acreditamos ser capaz de identificar a gênese deste fenômeno que, embora se faça presente de forma massacrante desde a acumulação primitiva de capital, adquire novos e assustadores contornos em nosso tempo.

II - Diferentes perspectivas de análise da pobreza: elementos introdutórios de uma pesquisa em curso

Segundo Souza, a Idade Média é um período especialmente elucidativo para quem estuda a pobreza, “pois foi em seu seio que se verificaram as grandes transformações que marcaram a concepção moderna da pobreza” (SOUZA, 1982, p. 99, *apud* EZEQUIEL, s/d). Primeiramente, o pobre era visto como pobre de Cristo, que vivia nas vilas e merecia ajuda dos mosteiros. No século XII, com as mudanças estruturais, advindas do processo de urbanização e das transformações na economia monetária e na propriedade rural, que solaparam o sistema feudal, a presença da pobreza passou a ser associada à cidade, cabendo ao poder público dar esmolas aos pobres. No século XIV, os pobres já eram em número demasiado elevado, tornando-se encargo oneroso ao Estado e à Igreja. O pobre laborioso dos séculos XIII e XIV era o camponês expropriado que, livre dos laços servis, almejava viver de seu trabalho, embora muitas vezes não o conseguisse (*ibidem*, p.100).

Mollat procura identificar o ponto de ruptura, a partir do qual a precariedade se transformou em miséria, distinguindo os limites biológico, econômico e sociológico. Para este autor, o limite biológico é ultrapassado quando não se possui condições mínimas de saúde e de sobrevivência. Nesse caso, fatores como idade, vestuário, habitação e alimentação são determinantes. O limite econômico, assentado nas possibilidades de abastecimento, está por sua vez relacionado com a troca, com a compra e com o valor real da moeda. Tal limite é comprimido pela demanda fiscal que não poupa nem os mais precários recursos dos pobres como os tributos senhoriais e clericais, dízimos, taxas urbanas, e outros. Está ligado a situações conjunturais como a guerra, a fome e as crises econômicas em geral. Já a transposição do limite sociológico cria, conforme o autor, a desclassificação. O camponês e o artesão medieval, sem suas ferramentas, eram destituídos de seu ofício, assim como o nobre sem cavalo e armas não tinha meios de existência social. (MOLLAT, 198, *apud* EZEQUIEL s/d, p.100).

Analisando o período feudal, Souza destaca que só há desclassificado em função da existência do classificado e, por conseguinte, da própria classificação social/infra-estrutural de que a pobreza é o principal agente desclassificador. Souza justifica sua posição exatamente pelo fato de a sociedade colonial apresentar-se em termos estamentais, em que o status e a honra são elementos de classificação. “O desclassificado social é um homem livre e pobre – freqüentemente miserável -, o que, numa sociedade escravista, não chega a apresentar grandes vantagens com relação ao escravo”. (SOUZA, 1982, *apud* EZEQUIEL, s/d, p. 101).

Já nos liames da sociedade capitalista, a pobreza, enquanto uma das expressões da questão social, segundo Lavinias (2003), institui-se enquanto tal tanto na Europa quanto na América latina, ao mesmo tempo em que o surgimento das grandes cidades. Assim sendo, a pobreza, enquanto questão nasce com o selo urbano.

Segundo a autora, “pobreza significa falta ou pouca renda”, mas uma definição mais criteriosa a definiria “como um estado de carência, de privação, que pode colocar em risco a própria condição humana”. Assim, ser pobre é ter sua humanidade ameaçada, seja pela impossibilidade de satisfação de necessidades básicas, seja pela incapacidade de mobilizar esforços e meios para satisfação de tais necessidades.

Lavinias (ibidem) pontua que o caráter urbano da pobreza torna-se ainda mais visível na medida em que esta vem desafiar a governabilidade urbana, exigindo dos governos locais soluções rápidas e efetivas, inscrevendo no território da cidade marcas das contradições sociais que a reconfiguram e recontextualizam a cada momento.

A pobreza é um fato eminentemente urbano,

(...) não apenas porque a maioria dos pobres vive, hoje nas cidades e zonas metropolitanas, mas porque a reprodução da pobreza é mediada pela reprodução do modo urbano das condições de vida, através da dinâmica do mercado de trabalho, da natureza do sistema de proteção social e do pacto de coesão social que é, na verdade, o que estrutura o conjunto de relações e interações entre a sociedade civil, o Estado e o mercado (ibidem, p.30).

De acordo com os destaques da autora, na Europa do século XX, o sistema de combate à pobreza adotado era de exclusiva responsabilidade do Estado. O Estado de Bem-Estar oferecia proteção nos momentos de crise e instabilidade que de alguma forma ameaçavam ocasionalmente a segurança, integridade e o bem-estar dos indivíduos. Hoje, as estratégias de combate à pobreza são, cada vez mais, de responsabilidade dos governos locais, o que acarreta a criação de regimes locais de regulação da pobreza, levando à implementação de programas diversificados, focalizados, específicos para cada situação particular.

Na América Latina, a trajetória desse enfrentamento se distingue, pois o Estado de Bem-Estar não existiu de forma plena. Segundo Lavinias (ibidem), a pobreza era regulada na esfera privada e as estratégias para combatê-la, muitas vezes estratégias

de sobrevivência, uma criação dos trabalhadores pobres, excluídos e marginalizados sem direito à cidadania regulada².

Por outro lado, Lavinias destaca a definição simmeliana de pobreza. Designado como o fundador da Sociologia da Pobreza no início do século XX, Simmel defendia que é pobre todo aquele que é assistido.

Os pobres, enquanto categoria social, não são aqueles que sofrem de déficits ou privações específicas, mas os que recebem assistência ou deveriam recebê-la, em conformidade com as regras sociais existentes. Por isso mesmo, a pobreza não pode ser definida como um estado quantitativo em si mesmo, mas tão somente a partir da reação social que resulta dessa situação específica. (SIMMEL, 1998 *apud* LAVINAS 2003, p. 32).

As várias conceituações da pobreza têm orientado o desenho das políticas públicas voltadas para o seu enfrentamento em todos os cantos do mundo, incluindo a América Latina. No contexto de forte mutação da sociedade urbana brasileira, destacam-se duas categorias chave para a compreensão da inserção espacial da pobreza no tecido urbano. Para Lavinias, moradia e mercado de trabalho são categorias referenciais para a conceituação de pobreza. Inserção espacial e inserção ocupacional são faces indissociáveis do fenômeno da pobreza na sociedade brasileira moderna. A autora associa diretamente a pobreza à exclusão social como podemos ver na seguinte passagem:

Na América Latina, e no Brasil em particular, o padrão excludente é constitutivo do modelo de acumulação, em todas as suas fases e não apenas por força da flexibilização e globalização dos mercados. Esse padrão de desigualdade extrema, entendida como exclusão de um contingente expressivo da classe trabalhadora, a quem é negada cidadania econômica e social. A pobreza é consequência da exclusão. (LAVINAS, 2003, p. 43)

Na América Latina, ainda segundo esta autora, a pobreza é o resultado da desigualdade extrema que chega via mercado de trabalho, através de empregos desqualificados e, sobretudo, de níveis salariais extremamente baixos, aquém do

² Na cidadania regulada são considerados cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. SANTOS (1987, p.68).

mínimo para a subsistência. A pobreza é o retrato da desigualdade, e as periferias das grandes cidades, a expressão da segregação diária que é imposta aos pobres.

Zaluar, ao analisar as alterações culturais ocorridas no Brasil, especificamente com relação às noções de pobreza nas últimas décadas, afirma que “a pobreza perde seu sinal positivo de valor espiritual, para adquirir um sentido negativo de carência, de falta de bens, que implica perda de status, de poder e sucesso social” (ZALUAR, 1997, p.18).

Neste sentido, a autora afirma que “a idéia básica de pobreza no pensamento erudito que marcou todo o período autoritário é da carência material, quando a política social se caracterizava como assistencialista, paternalista e clientelista” (ibidem, p.40). Desta forma, a desigualdade foi interpretada no plano social apenas como resultado de “carências materiais”, sem vinculá-la às desigualdades políticas e jurídicas.

Esta concepção vai ao encontro da caracterização de pobreza vigente desde a primeira metade do século XIX na Inglaterra, que elencava as prioridades, começando pelo direito à subsistência. Para essa vertente nutricionista,

(...) pobre é todo aquele que não se beneficia de um padrão de subsistência mínimo, baseado na ingestão diária de um requerimento calórico dado. Portanto, inicialmente, pobreza e fome são quase sinônimos e se confundem na identificação de quem é pobre. Nesse enfoque, as necessidades humanas aparecem limitadas às necessidades da sobrevivência física – comer, vestir-se – desconsiderando o social. Esse é ainda hoje o enfoque que prevalece na definição da pobreza absoluta ou da indigência: um padrão de vida aquém do que é exigido para assegurar a mera subsistência ou sobrevivência (LAVINAS, 2003, p. 31).

A discussão sobre as estratégias para o enfrentamento da pobreza exige o enfrentamento do debate acerca das necessidades do ser humano: tanto as necessidades existenciais, que se referem ao ser, ao ter, ao fazer e ao interagir, quanto às necessidades que tratam da subsistência, da proteção, do afeto, da participação, da identidade, da liberdade. Enquanto necessidades humanas, não podem ser hierarquizadas entre si, pois são essenciais e devem ser garantidas em quantidade e qualidade suficientes. (ibidem).

Em contraponto, surge uma categoria nova: *necessidades básicas*. Esta, por sua vez, vem abrindo um leque de discussões orientadas para a caracterização e definição de novas categorias tais como, necessidades e carências. Assim, é introduzido um novo entendimento da pobreza, definindo como um fenômeno de

caráter relativo e transnacional, ou seja, a noção de pobreza passa a situar-se no tempo e no espaço, considerando a estrutura social e institucional vigente, não sendo expressa apenas em função do nível de renda. A problematização da pobreza enquanto questão social constitui-se, progressivamente, em torno do que são necessidades historicamente determinadas. (ibidem).

Telles, trabalhando sua perspectiva para além da questão das necessidades, considera a privação de direitos como o grande desafio a ser considerado:

Se a pobreza é sinal de privação de direitos, o significado desta não se esgota nas evidências da destituição material. A destituição material é a contrapartida de uma destituição simbólica que homogeneiza todas na categoria genérica e desidentificadora de pobre. Por essa via, as situações concretas que criam a destituição material - salários baixos, desemprego e subemprego, bem como a doença, a velhice, a orfandade ou a invalidez, submergem, indiferenciados, sob as imagens de carência e de impotência que criam a figura de uma pobreza transformada em natureza e evocam a exigência de um estado tutelar que deve proteção aos deserdados da sorte (TELLES, 1992, p.135).

A autora observa que, uma vez que a pobreza é naturalizada perdem-se de vista as possibilidades de superar sua situação (que nesse caso é entendida como natural e não histórica) e somente um Estado Tutelar pode proteger os pobres, assistilos paternalmente. Como deserdados da sorte, devem ser protegidos deles mesmos, de sua ignorância e incivilidade. (TELLES, 1992).

Telles apresenta outras possibilidades de entendimento desta questão. Para ela a pobreza deve ser entendida a partir da ótica da privação dos direitos e não meramente a partir da destituição material e da carência. É possível, segundo ela, considerar que as alternativas para o enfrentamento desta questão passem pela via do exercício de direitos, em substituição às ações assistencialistas, paternalistas ou de tutela. (ibidem). Percebemos, nessa abordagem, uma relação direta com a dimensão explicitada anteriormente e que relaciona a exclusão social à não cidadania.

Vieira (2004) procurou compreender a pobreza, também considerando suas várias dimensões. Analisando o contexto que engendra a situação de desemprego, as dificuldades de acesso à moradia, à saúde e à educação a que está sujeita a população de rua, a autora afirma:

Na verdade a desigualdade social e a pobreza não são privilégios da sociedade moderna, mas um produto histórico que se modifica no espaço e no tempo. A própria forma como a pobreza é vista socialmente se modifica. O significado mítico de pobreza no período medieval, associada ao despojamento, pouco tem a ver com a noção de pobreza como falta (VIEIRA, 2004, p.18).

Partindo de uma perspectiva de compreensão da pobreza que objetiva identificar sua gênese e configuração contemporânea, acreditamos que o desafio desta investigação passa, fundamentalmente, pela compreensão de categorias determinantes para o desvendamento da sociedade burguesa desde seu processo embrionário até sua configuração contemporânea. Assim, a fim de problematizarmos a produção da pobreza em larga escala na sociedade capitalista, tomamos como ponto de partida o desvendamento daquilo que é considerado riqueza nesta sociedade. Para tanto, nos apropriaremos, majoritariamente, das construções de Marx acerca da mercadoria como fonte de riqueza, por entendermos que este autor, possibilita-nos, por meio de uma compreensão desvinculada de qualquer perspectiva apriorística ou dogmática, uma análise profunda das engrenagens da sociedade em que vivemos.

Observando a mercadoria, tal como posta por Marx (1982), veremos que ela, de fato, representa a riqueza capitalista e compõe-se de dois elementos imediatamente identificáveis. É uma “coisa”, algo externo, que tem a capacidade de satisfazer necessidades humanas de qualquer natureza e é algo que pode ser trocado por outras mercadorias. Ou, seja, é tanto um valor de uso, ao satisfazer necessidades, quanto um valor de troca (ou tem valor de troca), uma vez que pode resultar na aquisição de outras mercadorias. É importante destacar que há algo na mercadoria que ultrapassa a aparência; ela produz um universo de sutilezas que somente pode ser compreendido pela metafísica. A aparência da mercadoria como forma de riqueza é específica da sociedade burguesa. (MENEGAT, 2009).

Marx, afirma explicitamente que (...) os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do valor de troca. (1982, p. 46)

Partindo desta perspectiva compreendemos que além de representar uma unidade do valor de troca e de uso, a mercadoria tem no valor de uso o conteúdo material da riqueza. Destacamos que o valor de uso cumpre esse papel em toda forma social e histórica. Entretanto, no modo de produção capitalista, ele significa, também, os substratos materiais de algo específico a esta sociedade, o valor de troca. Desta forma, evidencia-se que enquanto o valor de uso é uma característica da riqueza material em qualquer época histórica, o valor de troca é específico do momento histórico que vivenciamos, a sociedade do capital.

Importa destacar que, antes deste desvendamento da essência da mercadoria proporcionado pela crítica de Marx, o sistema engendrado pelo capital era compreendido como um “imenso sistema de circulação e troca de bens” como que produzido e reproduzido por ele mesmo. Nessa abordagem, a atividade humana, que agrega valor e conteúdo ao capitalismo, é desconsiderada e permanece envolta na “mágica” ideológica em que se sustenta a chamada economia vulgar.

Contrariando essa perspectiva, Marx (1982) desvendou o fetichismo da mercadoria, apontando sua essência desumana e coisificada, não como fruto de características intrínsecas aos objetos, mas sim como resultante de relações sociais de produção historicamente construídas. A compreensão da mercadoria construída por Marx em *O Capital* a toma como algo mágico que tem a capacidade de ocultar as relações humanas essenciais para a produção dos objetos. Partindo desta perspectiva, temos que a sociedade burguesa ultrapassa um imenso sistema de circulação e troca de bens e tem sua sustentação no modo como se realiza a atividade humana, afinal a mercadoria, nessa realidade, é resultado da atividade humana produtiva. Importa, ainda, assinalar que, nesta sociedade, a igualdade é representada por uma igualdade do valor de troca. Marx (1982), em sua obra, descortina algumas ilusões construídas pelo capitalismo, apresentando-nos a forma segundo a qual as relações sociais de produção entre os homens aparecem como relações entre coisas.

O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadorias, donde provém? Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho, toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho. (MARX, 1982, p.94).

A atividade humana produz coisas que ganham autonomia. A sutileza da mercadoria não vem de sua materialidade, nem do valor de troca, mas do valor autônomo. Valor como forma autônoma produz outra forma: dinheiro e capital. Esse valor autônomo reflete na atividade humana denominada trabalho. Nessa realidade trabalho e trabalho abstrato indicam um único conceito. A forma valor - abstração do valor de uso – é o que permite a inversão e resulta em uma imensa abstração. A forma dessa sociedade, enquanto processo social, só existe por essa abstração.

Assim, segundo Marx, a mercadoria é a forma em que se apresenta, nessa sociedade, o produto do trabalho humano, o qual se expressa na forma valor, ou seja, a mercadoria apresenta-se, na sua forma natural, como valor de uso e, na sua forma social, como valor. Ela adquire valor não pelas suas propriedades naturais, mas por causa das relações sociais de produção que se estabelecem.

Nesse sentido, compreendemos que as raízes da pobreza associam-se diretamente a contradição entre o conteúdo material da produção e a forma imposta pelo valor, contradição esta construída pelos próprios sujeitos no movimento do real que produz a sociabilidade burguesa.

Buscamos identificar a gênese da produção e reprodução da pobreza em nossa sociedade e, para tanto, acreditamos ser primordial, envidarmos esforços na construção de um olhar que aponte para a necessidade premente de construção coletiva de uma crítica radical do valor enquanto valor, elemento que, em conformidade com Kurz (1997), consideramos essencial para a apreensão da lógica de produção e reprodução ampliada da pobreza que vivenciamos, marcantemente, na história da sociedade capitalista. “É só no âmbito de uma crítica do valor, enquanto definição basilar da forma social, que a atribuição de papéis sexuais [ou da pobreza] pode aparecer na consciência teórica.” (p.27). [grifos nossos].

Desta forma, apresentamos o caminho em curso na pesquisa que estamos desenvolvendo, com o sentido último de realizar uma análise das raízes da pobreza e sua configuração contemporânea, por meio de uma crítica do valor a partir de uma apropriação da teoria social crítica de Marx e de seus pressupostos centrais calcados no materialismo histórico dialético.

III - À guisa de conclusão

Ao buscarmos compreender as distintas abordagens analíticas da pobreza deparamo-nos com polêmicas fundamentais como a própria definição de pobreza. A preocupação central na contemporaneidade parece-nos aquela relativa à quantificação da pobreza ou mesmo aquela que discute sua profunda articulação com a cidadania e os empecilhos para sua efetivação dentro da lógica burguesa. Entretanto, identificamos uma ausência neste debate daquilo que consideramos como a gênese

da pobreza massificada na sociedade capitalista, a contradição entre a forma e o conteúdo do valor.

Assim, acreditamos que a raiz deste fenômeno somente pode ser desvendada a partir de uma crítica contundente do valor, somente possível por meio de uma análise minuciosa da contradição entre o conteúdo material da produção e a forma imposta pelo valor na sociabilidade burguesa. Buscamos com este estudo apresentar os elementos essenciais e iniciais para esta análise que estamos a construir.

O caminho para discussão da pobreza, como buscamos demonstrar, não é simples. Surgem dificuldades tanto para conceituá-la e delimitá-la, quanto para identificar sua gênese e apontar elementos que a caracterizam na ordem do capital financeirizado e mundializado. Assim, este estudo, como diante das dificuldades elencadas não poderia ser de outra forma e, como já destacado na introdução, apresenta tão somente notas iniciais acerca de um debate em pleno curso e de uma análise em construção, para fins de divulgação e contribuição com a difícil tarefa de desvendar as nuances e raízes da imensa situação de pobreza que assola a modernidade.

REFERÊNCIAS

EZEQUIEL, Márcio. *Pobreza como objeto histórico: problemas empíricos e teóricos*. Disponível em http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol02_atg4.htm. Acesso em: 28 de abril de 2010.

KURZ, R. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAVINAS, Lena. *Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática*. *Econômica*, V.4, nº 1, p.25-59, junho 2002- impressa em outubro 2003.

MARX, Karl. *O Capital*. (obra completa). 8. ed., trad. de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1982.



MENEGAT, M. Notas de aulas: *Seminários de Tese I e II*. Disciplinas do Programa de pós-graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A política social na ordem brasileira*. 2ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

TELLES, Vera da Silva. *A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza*. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

VIEIRA, M. Antonieta da Costa. et al. *População de rua, quem é, como vive, como é vista*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ZALUAR, Alba. *Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais [on line], v.12, n.35, São Paulo, fev.1997. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 10 de junho de 2010.